



Geodiversidade e ocupação do espaço – interface Geografia Física – Geografia Humana: o exemplo da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil

Geodiversity and Occupation of Space—Physical Geography, Human Geography Interface: The Example of the Chapada Diamantina, Bahia, Brazil

Geodiversidad y ocupación del espacio – interfaz Geografía Física – Geografía Humana: el ejemplo de la Chapada Diamantina, Bahía, Brasil


*Dante Severo Giudice*¹

Universidad Católica de Salta, Argentina

Resumo

O artigo tem como proposta, demonstrar a interface Geografia Física, Geografia Humana, a partir do conceito de geodiversidade, intimamente relacionado à geomorfologia e à geologia, que engloba o patrimônio geológico, e sua importância na ocupação do espaço, e nas lógicas territoriais, através da Geoconservação e do Geoturismo.

Palavras Chaves: Geodiversidade, Ocupação do Espaço, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil.

1 Geógrafo/Geólogo. Prof. Adjunto do Curso de Geografia – Universidad Católica de Salta, Argentina. Líder do Grupo de Pesquisa GEOPLAN/UCSAL. Líder do Grupo de Pesquisa GeoAmbiental - GPGA/UCSAL. Pesquisador do Grupo de Pesquisa GEOPLAN/UFS. dasegu@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-1652-3100>

Abstract

The article aims to describe the *Physical Geography, Human Geography* interface, based on the concept of geodiversity, closely related to geomorphology and geology, which encompasses geological heritage, and its importance in the occupation of space and in territorial logics, through Geoconservation and Geotourism.

Keywords: Geodiversity, occupation of space, Chapada Diamantina, Bahia, Brazil

Resumen

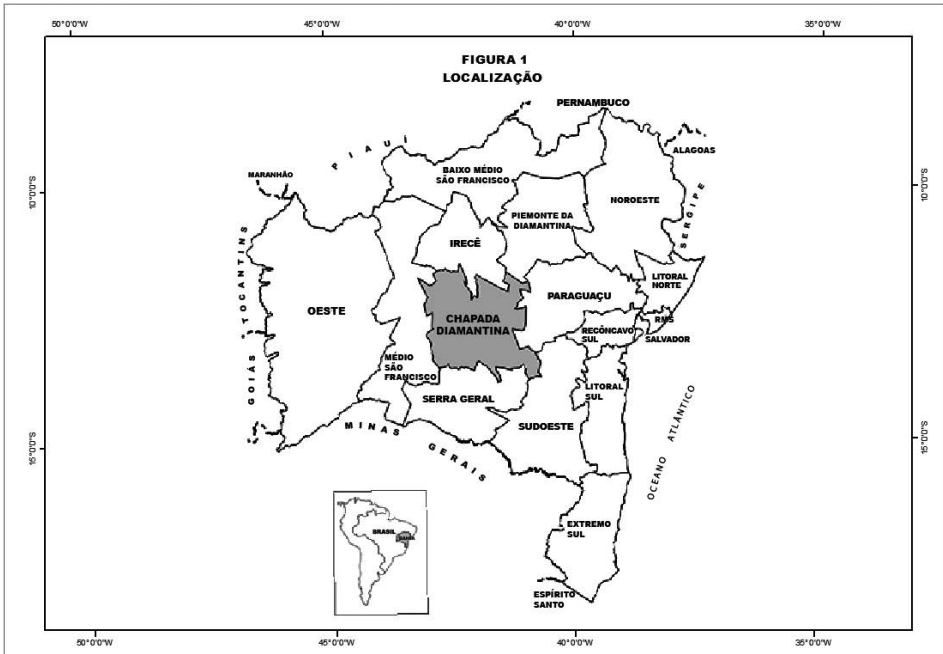
El artículo tiene como objetivo demostrar la interfaz Geografía Física, Geografía Humana, basada en el concepto de geodiversidad, estrechamente relacionado con la geomorfología y la geología, que engloba el patrimonio geológico, y su importancia en la ocupación del espacio y en las lógicas territoriales, a través de la Geoconservación y el Geoturismo.

Palabras clave: Geodiversidad, Ocupación del espacio, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil.

Introdução

A área de estudo está situada na porção central do estado da Bahia, sendo parte da Região Econômica Chapada Diamantina (Figura 1).

Figura 1: Localização Chapada Diamantina



Fonte: Elaborado pelo autor.

O objetivo do trabalho é mostrar que geodiversidade e ocupação do espaço, estão interligados e mostram que a interface Geografia Física – Geografia Humana existe e que esta dicotomia criada pela academia, não faz sentido. Procuramos demonstrar que os aspectos físicos, em sua concepção mais ampla, são importantes na ocupação do espaço, incrementando a criação dos aglomerados urbanos que vão desencadear o desenvolvimento das atividades econômicas locais.

No caso em estudo, os elementos físicos, ligados à geodiversidade, forneceram os recursos atraíram a população, que por sua vez, os exploraram (mineração) transformando-os em produtos, e para isso, modelaram as feições, fundando cidades, que passaram a ser os novos atrativos (turismo).

Para desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado, levantamento bibliográfico pertinente ao tema, leitura da bibliografia, trabalhos de campo, sistematização dos dados, e elaboração do texto.

Em síntese as lógicas de ocupação envolvem tanto aspectos naturais quanto antrópicos, inclusive porque as ações antrópicas necessitam do meio natural para acontecerem.

Geologia sucinta da Chapada Diamantina

A Chapada Diamantina constitui um amplo platô, de altitude média de 800 metros, situado na porção central da Bahia, estendendo-se por cerca de 125.000 km² (~ 25% do território baiano).

A Chapada é produto de uma inversão de relevo, já que corresponde aos remanescentes de uma bacia sedimentar que se instalou sobre o Cráton de São Francisco a cerca de 1.8 bilhões de anos atrás (Proterozóico Médio), sendo recoberta, posteriormente, pela bacia do Bambuí, de 1.1 a 0,6 bilhões de anos (Proterozóico Superior ao Eo Cambriano).

A base da Chapada é constituída de rochas vulcânicas e piroclásticas ácidas (Grupo Rio dos Remédios), essencialmente riolitos, que afloram na borda oeste, entre as cidades de Ibitiara e Rio de Contas. Segue-se uma sequência sedimentar constituída de conglomerados, arenitos, fluviais e eólicos, e metapelitos e siltitos, fluviais e marinhos, intercalados e recorrentes (Grupos Paraguaçu e Chapada Diamantina). Essas seqüências sedimentares são recobertas, discordantemente, por calcários e metapelitos marinhos do Grupo Bambuí que afloram, predominantemente, nas regiões de Irecê, ao norte da Chapada, e em Ituaçu, ao sul, além de em áreas do embasamento, fora da Chapada.

As formas de relevo da Chapada Diamantina estão condicionadas tanto pela sua estrutura sedimentar como pela tectônica superimposta. Na borda oeste, de Botuporã até Rio de Contas, dobramentos mais apertados, associados a faixas de cisalhamento, de grande extensão favoreceram a formação de serras alongadas, de direção N-NW, com vales suspensos, estreitos, intercalados. Aí está o Pico dos Barbados, de 2033 m, ponto culminante da Bahia e do Nordeste. Na borda leste, de Lençóis a Morro do Chapéu, o dobramento mais aberto, com sinclinais e anticlinais de larga amplitude, favoreceram a formação de platôs e morros tabulares (mesas), com altitudes de cerca de 1000 m, tais como os conhecidos Morro de Pai Inácio, em Palmeiras e o próprio Morro do Chapéu, que dá o nome à cidade, intercalados a vales abertos, como o vale do Paty, em Lençóis. Amplos platôs calcários são encontrados ao norte da chapada, na região de Irecê.

Recursos econômicos minerais estão relacionados a diversos contextos geológicos da Chapada. Ouro, principal razão do primeiro povoamento da área, ainda no século XVIII, pelos bandeirantes, é encontrado associado a veios de quartzo na borda oeste, com destaque para a faixa entre Rio de Contas e Gentio do Ouro. Também nessa região são explorados quartzo hialino, quartzo rutilado (gema), barita e cassiterita (associadas às rochas vulcânicas ácidas) e rochas ornamentais diversas (rochas vulcânicas ácidas e variados quartzitos e conglomerados). A borda leste tornou-se famosa, a partir do século XIX, pela exploração de diamantes aluvionares, que denominou a Chapada, produtos da desagregação de conglomerados diamantíferos (placers) do Grupo Morro do Chapéu. A exploração de diamantes e carbonados, que se estendia desde a região de Mucugê e Lençóis até Morro do Chapéu, antes muito abundante, encontra-se hoje praticamente paralisada pela proibição, pelo Ibama, de garimpos mecanizados na área. A região de Irecê destaca-se pela produção de fosfato biogênico (fosforita), associado aos calcários. A exploração do calcário para cimento está em vias de ocorrer na região de Ituaçu, ao sul. Há ocorrências, ainda não exploradas, de chumbo e zinco associados ao calcário Bambuí e de diatomita, em Ibicoara. De menor importância são as produções de cal e a exploração de calcário para uso como corretivo de solos ácidos e ainda de pedras para bijuteria e artesanato.

Marcos da geodiversidade no mundo e no Brasil

Para a discussão sobre geodiversidade, faz-se necessário trabalhar os termos relacionados a esse contexto, no sentido de elucidá-los e conceituá-los dentro de nossa pesquisa. Dessa forma, [Sharples \(2002, p. 55\)](#) chama a atenção para a distinção entre três termos frequentemente utilizados:

Geodiversidade é uma qualidade que nós tentamos conservar, geoconservação é o esforço de tentar conservá-la e patrimônio geológico compreende os exemplos concretos representativos dos recursos e processos pelos quais nós direcionamos nossos esforços de gestão a fim de conservá-los. Esses três termos não são sinônimos, mas sim complementares.

O primeiro a ser focado, que é o tema do típico, é a geodiversidade, que apesar de ser utilizada por uma considerável quantidade de pesquisadores, ainda não é de uso consensual; no entanto, existe certa preocupação com a sua conceituação.

Geodiversidade começou a despertar atenção recentemente, na década de 1990, quando se deu início a sua utilização por geólogos e geomorfólogos, para descrever a variedade do meio abiótico ([Gray, 2004](#)). Entretanto, esse autor afirma ser difícil precisar quando ele foi utilizado pela primeira vez, muito provavelmente na Austrália (Tasmânia), pois, segundo Nascimento, Ruchkys e Mantesso-Neto (2008), “neste país o termo geodiversidade foi utilizado por Sharples (1993), Kiernan (1994, 1996, 1997) e Dixon (1995 e 1996), em estudos de conservação geológica e geomorfológica” (p. 9).

Muitas discussões sobre o termo ocorrem no mundo, mas no Brasil, esse conceito vem se delineando concomitantemente a outros países, porém, com forte enfoque no planejamento territorial, muito embora a geoconservação, ainda que incipientemente também venha sendo abordada. [Silva & Carvalho Filho \(2001\)](#), citados em publicação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), em 2008, apresentam uma proposta bastante geográfica de dar uma contribuição no uso adequado do território, objetivando o planejamento do ordenamento territorial sustentável. Assim, geodiversidade é definida [Silva \(2008\)](#) como:

O estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros

depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico (2008, p. 20).

Por outro lado, [Silva e Carvalho Filho \(2001\)](#) definem geodiversidade a partir da “variabilidade das características ambientais de uma determinada área geográfica” (p. 12).

Existem divergências na concepção de geodiversidade, pois há a corrente que opta pela linha mais restritiva, e a interconecta exclusivamente aos minerais, rochas e fósseis, e outra tendência que considera o termo mais abrangente, englobando também, como afirmam [Nascimento et al. \(2008\)](#), os processos que podem estar agindo em sua gênese, e que no momento podem estar em andamento (atuação). Em nossa concepção, o termo é bastante abrangente, englobando inclusive a biodiversidade que depende do espaço para existir, muito embora essa seja muito mais estudada, basta entrar em *sites* de pesquisa e se verifica a desproporção daquele termo em relação a esse.

A perspectiva de o termo ser mais abrangente fica evidente em [Lazerini \(2005\)](#), que inclui a ciência geográfica, quando ele afirma que:

O termo geodiversidade pode ser resumidamente considerado como a diversidade do Reino Mineral terrestre. Aborda aspectos das ciências geológicas, climáticas, **geográficas** e biológicas envolvendo todos os processos naturais do Planeta Terra (grifo nosso) (p. 3).

Patrimônio natural (que compõe a geodiversidade) é considerado o conjunto de recursos naturais de valor científico/cultural, educativo e/ou recreativo, e se constitui por formações e estruturas geológicas, morfologia, depósitos sedimentares, minerais, rochas, fósseis, solos, envolvendo a ciência geográfica.

Pode-se afirmar que também o patrimônio natural, é uma expressão da geodiversidade, conforme [Kozłowski \(2004, p. 4\)](#), que a define:

Geodiversidade é a natural variedade na superfície da terra, referente aos aspectos geológicos e geomorfológicos, solos e recursos hídricos, tão importantes quantos outros sistemas criados como resultado de processos endógenos e exógenos e **atividade humana (grifo nosso)**.

Dessa forma, nos parece claro que a geodiversidade, apesar de ser um termo muito ligado à Geologia, é plenamente aplicável à Geografia.

Na verdade são as diversas ações da sociedade para assegurar o seu desenvolvimento que transformam o espaço natural em espaço geográfico, e por isso se faz necessário compreender a complexidade e diversidade dos ecossistemas para entender como o processo evolui. Como afirma [Kozłowski \(2004\)](#), o desenvolvimento das sociedades está intimamente ligado às condições abióticas, e a geodiversidade foi fundamental para o incremento da diversidade biológica durante a evolução geológica, tendo a litosfera um significado importante na criação e desenvolvimento da vida. Assim sendo, faz-se necessário a proteção da geodiversidade, como feição indispensável à proliferação da vida.

Geodiversidade e espaço da Chapada Diamantina

A geodiversidade inclui a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na terra, em suma, a natureza abiótica. Nesse contexto, os minerais, em particular, o diamante e o ouro, foram os primeiros agentes, dentro da lógica territorial, de estruturação do espaço na Chapada Diamantina, e que serviram, juntamente com outros, todos ligados, de alguma forma, à geologia, para essa segunda etapa, comandada pelo turismo, numa nova lógica e com novos contornos, já que traz para a região uma nova dimensão, dinâmica e mais eficaz, pois, não está sujeita à exaustão, o que dá uma garantia, se bem estruturada, de um desenvolvimento duradouro para a região.

A compreensão dos mecanismos formadores desses modelados permite uma avaliação consciente dos patrimônios geológicos, pois:

O estudo das paisagens naturais por meio da geomorfologia reveste-se, portanto, de relevante interesse para a avaliação da geodiversidade de uma determinada região, uma vez que a morfologia dos terrenos traduz uma interface entre todas as outras variáveis do meio físico e consiste em um dos elementos em análise ([Silva, 2008, p 8](#)).

Aqui cabe introduzir o termo patrimônio geológico que é tido como conjunto de sítios geológicos (geossítios), definição que discordamos, pois, consideramos que um geossítio isolado também se constitui num

patrimônio. O termo está estritamente relacionado com a geodiversidade, mas, deve-se ter a preocupação de não o considerar como sinônimo, já que na verdade ele é uma pequena parcela dela.

Exemplificando, todas as paisagens da Chapada Diamantina, em especial da nossa área de estudo – a borda oriental que abrange os municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Iraquara, Ibicoara, Palmeiras e Nova Redenção, constituem a geodiversidade, enquanto que apenas os geossítios, tal como o morro do Pai Inácio (Figura 2), ou a cachoeira do Sossego (Figura 3), se constituem em patrimônio geológico.

No caso em estudo, o patrimônio tem mais ênfase pela utilidade turística já que é um dos atrativos que impulsiona a atividade e influencia a lógica de ocupação. Entretanto, ele também tem valor pelos aspectos científico e cultural/educativo, como afirmam [Valcarce e Cortés \(1996\)](#).

Figura 2. Pai Inácio



Fonte: [Giudice & Souza \(2009b\)](#)

Figura 3. Cachoeira do Sossego (Lençóis/Ba).



Fonte: [Giudice & Souza \(2009b\)](#)

As considerações dos autores contribuem com a nossa premissa de que patrimônio geológico tem também importância na lógica de ocupação, uma vez que ele engloba o patrimônio da história da mineração, o que [Elizaga \(1988\)](#) chama de arqueologia industrial, e que serve de atrativo para o turismo, um dos vetores da lógica territorial.

Aliado às feições geomorfológicas, o processo tectônico favoreceu a formação de uma sequência sedimentar constituída de conglomerados, arenitos, dentre outros, sendo os conglomerados portadores dos diamantes de aluviões (e secundariamente ouro) pertencentes à formação Tombador. A exploração mineira formou rugosidades (marcas deixadas na paisagem, resultantes do modo de desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico) na região, como as cidades (Igatú, Lençóis e Mucugê,

principalmente), mas também deixou outras marcas, como a vila abandonada dos garimpeiros, nas cercanias de Igatu, as transformações causadas no meio ambiente, dentre outros. Essas rugosidades, como denominado por [Milton Santos \(1994\)](#), que a partir do século XX servem como atrativos ao turismo, associados aos atrativos naturais, descobertos graças à fase desbravadora da mineração, o chamado geoturismo.

No processo de apropriação do espaço, o turismo engloba todos os elementos da geosfera, seja ele biótico ou abiótico, procurando produzir uma forma do homem moderno se desvencilhar do grande estresse a que está submetido nos grandes centros, por intermédio do incentivo ao lazer e recreação, seja ele contemplativo ou de aventura.

Conforme [Nascimento, Ruchkys e Mantesso-Neto \(2008, p. 7\)](#):

O turismo, assim como outras atividades que fazem uso do ambiente, é um grande consumidor de paisagens e pode causar impactos, tanto positivos quanto negativos, onde se desenvolve. Neste sentido, a paisagem ainda é vista como simples referência espacial, um bem a ser consumido. Porém, diferentemente de outras atividades, o ambiente terrestre representa o grande atrativo para o turismo e representa a matéria prima desta atividade.

Entretanto, a presente correlação que entrelaça o turismo com meio ambiente, traz novas perspectivas, e produz e introduz inovações nas modalidades de turismo, particularmente em ambientes naturais, intocados ou pouco conhecidos, como na Chapada Diamantina. Na região convivem com culturas locais, e procuram se preservar das influências externas, embora nem sempre isso seja conseguido, a exemplo da cidade de Lençóis, situada no centro da Chapada Diamantina que procura centralizar e capitalizar todos os olhares para região, sofrendo as consequências disso.

A combinação de turismo e meio ambiente, foi denominada como ecoturismo que é englobado pelo geoturismo, em publicação do Ministério do Turismo de 2005, onde são caracterizadas as principais opções do turismo dentre as várias praticadas no país, objetivando sistematizar terminologias, abordagens e delimitações. Entretanto, existe uma grande carência de literatura sobre o assunto, e em português muito pouco foi publicado. Assim o termo só veio a surgir em 1995, quando [Hose \(1995, p. 12\)](#), o definiu como:

A provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitam aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das ciências da Terra), além de mera apreciação estética.

Entretanto, [Stueve, Cook e Drew \(2002\)](#), em trabalho conjunto com a *National Geographic Society* (NGS) e a *Travel Association* (TIA) dos Estados Unidos da América, definem geoturismo como “o turismo que mantém ou reforça as principais características geográficas de um lugar, seu ambiente, cultura, estética, patrimônio e bem-estar dos seus residentes”.

É com base nessas últimas definições que utilizaremos o termo durante este estudo, por considerá-lo mais abrangente, e por isso mais próximo do que entendemos como tal.

Ordenamento e lógicas territoriais na Chapada Diamantina

A Discussão de território e lógicas territoriais é fundamental, pois esses elementos estão intimamente relacionados, uma vez que para a geografia, território é expressão da organização do espaço, e é a base de nosso estudo.

O controle do território é fundamental para a consolidação da ocupação de qualquer espaço, e segundo [Gonçalves \(2004\)](#), é também fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais. Para ele, tornar própria a natureza é, rigorosamente, apropriar-se da matéria em sua espaço temporalidade, conformando territórios diversos, cujos limites, essência da (geo) política, resolvem a situação temporariamente.

Nesse contexto, tendo o Estado como produtor do espaço, a geopolítica tem importância, ainda que alguns autores considerem que ela não tem um rigoroso critério científico. As afirmações de [Andrade \(1996\)](#) coadunam com essas premissas, em que:

[...] o saber geopolítico compreende uma tentativa de análise científica dos Estados [...] integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial [...] um saber engajado, comprometido com um pensamento e com objetivos políticos, embora analisando o Estado como produtor de um espaço (p. 53).

A Chapada Diamantina não fugiu a elas, e sofreu várias intervenções públicas desde a época da colônia no processo de expansão das fronteiras e apropriação como forma de controle do território, até os dias atuais.

A discussão sobre território é um tema antigo na Geografia, sendo pertinente para análise, pois é a base de estudo para se trabalhar com lógicas territoriais.

Em relação a essa categoria de análise geográfica, [Haesbaert \(2005\)](#), esclarece que: Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-território* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra [...] por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a afetiva “apropriação” ([2005, p. 74](#)).

Por outro lado, o território vem se caracterizando como uma referência globalizante, embora algumas vezes, haja conflitos entre os conceitos de globalização e território devido a uma tendência que esse tem em reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais, em contraponto aquele que trabalha com a ideia de uniformidade.

De acordo com [Santos \(1994\)](#), na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos). As verticalidades, assim como as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

O território não é simplesmente uma justaposição de recursos naturais e população, é uma categoria que engloba apropriação, territorialização e territorialidade que são dinâmicas e adaptáveis a cada momento, a uma determinada ordem, como na região em estudo.

Desta forma o ordenamento territorial da Chapada Diamantina foi um processo longo que se iniciou com os povos primitivos que habitavam a região e continuou ao longo do tempo nos vários processos de ocupação a que foi submetida.

[Massiris Cabeza \(2002\)](#) afirma que a ordenação do território tem sido objeto de diversas interpretações, não havendo unidade de critério. A Carta Europeia de Ordenamento Territorial ([Direção Geral do Ordenamento do Território 1988](#)) do Ministério do Planejamento e da Administração

do Território de Portugal define o conceito como “a expressão espacial das políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade”.

A região teve um ordenamento que se iniciou com povos pré-colombianos, mas com contribuição dos indígenas e bandeirantes, assim como das sesmarias e atividades agropastoris, bem como da mineração, chegando aos dias atuais com o ordenamento voltado para atender a estrutura do turismo.

Mineração e Ordenamento Territorial

É sabido que parte do povoamento da Chapada Diamantina é desdobramento/ consequência das descobertas de ouro que funcionaram como primeiro grande vetor de ocupação, desenvolvendo a cultura do garimpo que se disseminou e assim atraía aventureiros a cada ocorrência (mina) descoberta, muitas vezes, um novo bem mineral, como é o caso do diamante na área em questão.

Segundo [Neves \(1997, pp. 21-22\)](#), as descobertas pioneiras ocorreram na serra do Assuruá, localizada entre as cidades de Xique-Xique e Barra, às margens do rio São Francisco, por faiscadores de ouro do Gentio, mas, logo a seguir, os terrenos de Morro do Chapéu foram declarados como diamantíferos.

[Teixeira \(1998\)](#) estabelece data para a descoberta, em sua afirmação:

Existe mesmo publicação feita em Viena, no ano de 1846, onde o mineralogista Virgil Von Helmreichen assegura a existência de garimpos na Bahia, dizendo o mesmo: “A ocorrência de diamantes na serra das Aroeiras foi descoberta no mês de março de 1842 pelo padre Queiroz e, até o fim de 1842, a população tinha subido de oito para dez mil almas entre as quais haviam de 1.800 a 2.000 trabalhadores de diamantes propriamente ditos. Esta era a Chapada Grande. O nome prevaleceu até quando, na serra do Sincorá, foram localizados, em 1844, os diamantes que fizeram a Chapada Diamantina, passando aquela a ser identificada como a Chapada Velha (p. 80).

Assim, com o advento dessa riqueza mineral, a região e, sobretudo a serra do Sincorá, agora denominada Chapada Diamantina, que nem como vilas viam oficialmente reconhecidas seus povoados, vê surgir muitos outros núcleos urbanos que passaram a ter grande importância e que neste trabalho são denominados por cidades da mineração.

Segundo [Castells \(1973\)](#), o termo urbanização tem dois sentidos distintos: a) concentração espacial de uma população, a partir de certos

limites de dimensão e de densidade, e b) difusão de sistemas de valores, atitudes, e comportamentos denominados cultura urbana. Esse termo está sempre ligado a uma ação desencadeadora, que no caso da região econômica Chapada Diamantina, foi a mineração.

Conforme [Giudice e Souza \(2009b\)](#):

Dessa maneira, no século XIX, com o auge da exploração de diamante, começaram a surgir, junto aos garimpos, os núcleos citadinos, embriões de Mucugê, Rio de Contas, Barra da Estiva, Igatu, Andaraí e Lençóis, que se tornaram centros dessa ação econômica e que tiveram um crescimento surpreendentemente rápido, com melhoria das edificações, consolidação do comércio, introdução de uma incipiente industrialização, além do incremento demográfico ([2009b, p. 203](#)).

Assim, essas localidades, em especial Lençóis que em seu apogeu abrigou um grande contingente populacional atraído pela prática mineira, se enquadram nos conceitos de povoamento como fruto de um processo fisicoterritorial de conformação do ambiente construído, relacionado com o termo cidade, como também um fenômeno social, econômico e institucional, correlato ao vocábulo urbano ([Hardt, Hardt & Oba, 2003, p. 5](#)).

O fim do efêmero ciclo do bem mineral levou à decadência dessas localidades, entretanto, já havia sido instalada a rede urbana, que nesta pesquisa, são denominadas as cidades do diamante, guardando traços urbanísticos que caracterizavam a época do apogeu. No entanto, na área de estudo, ao contrário do ocorrido em Minas Gerais, a urbanidade não garantiu a pujança após a exaustão das reservas minerais, e a tradição local se arrefeceu, levando à decadência desses povoamentos, e, conseqüentemente, ao declínio econômico.

Na área de estudo, o processo inicial de territorialização criou rizomas que consolidaram a ocupação do território, por meio da exploração da mineração. Dessa forma se criou a estrutura de sustentação que levou ao desenvolvimento da região, expressa de várias maneiras, tais como o florescimento do comércio, inclusive internacional, pois a atividade já atraía a atenção de negociantes de pedras de todo o mundo. Esse fato levou a uma diversificação de atividades e a divisão do trabalho que se interconectam de tal maneira que terminam por tornar esses espaços do mandar (no contexto da região da Chapada Diamantina representado, sobretudo, por Lençóis), em “[...] espaços da fluidez efetiva e também em espaços da rapidez” ([Santos &](#)

Silveira, 2001, p. 264). Essa territorialização pela mineração deixou marcas no espaço, as “rugosidades”, já referidas anteriormente, de que fala Milton Santos, que viriam a promover uma nova apropriação pelo turismo.

Apesar do evidente processo de desterritorialização, os garimpeiros continuaram apegados a um sentimento de pertencimento que levariam ao longo de suas vidas, razão pela qual ainda persistem em sua atividade, mesmo depois de surgir a fase de renascimento representada pelo turismo, o que vem a gerar conflitos principalmente devido à proibição da atividade mineradora.

Turismo e Ordenamento Territorial

O turismo teve e continua tendo o papel de reordenar/organizar os espaços, recriando/produzindo territórios.

Essa atividade se desenvolveu a partir da curiosidade do homem em conhecer novas terras, novas culturas, até então somente conhecidas por meio da literatura, e teve grande impulso quando os meios de comunicação começaram a evoluir, criando facilidades para que esses deslocamentos pudessem ser mais rápidos e mais acessíveis a todos.

Conforme Cruz (2000)

Para que o turismo possa acontecer, os territórios vão-se ajustando às necessidades trazidas por essa prática social. Novos objetos e novas ações, objetos, artigos e novas ações: essa é a lógica da organização socioespacial promovida pela prática do turismo (2000, p. 21).

O Brasil, com sua enorme extensão territorial e grande geodiversidade, possui inúmeros locais de grande beleza cênica e diversidade de paisagem que vem sendo transformados em produtos turísticos.

Nessa perspectiva, começam a surgir órgãos institucionais objetivando sistematizar a atividade, bem como elaborar legislação específica para regulação do setor, a qual delimitou novas vertentes para o turismo, baseada na variedade que ele apresenta (ecoturismo, lazer, negócios, entre outros), como demonstrado por Giudice e Souza (2009a):

Assim sendo, a partir das décadas de 1970/1980, na tentativa de incrementá-lo, com o intuito de resgatar a região da Chapada Diamantina do processo de letargia que ela mergulhou com o fim do ciclo da mineração que a levou ao apogeu, na primeira metade do século XX, se instala o que se considera uma terceira fase de territorialização. O turismo baseado na geodiversidade do patrimônio natural, associada às rugosidades, tais como

a estrutura urbana, com cidades com características próprias, mudanças/modificações na paisagem, e, sobretudo, as novas relações de poder (novos territórios, novos hábitos, novos valores, novos atores, entre outros), deixadas pela mineração (2009a, p. 70).

O turismo que se procura incrementar na região da Chapada Diamantina é o turismo do conviver que, segundo Barreto (1995, p. 53) se constitui em desfrutar do convívio com os outros e com o meio visitado, ainda que isso seja feito de forma efêmera e superficial, típico daquele que envolve grandes espaços e se baseia no exótico e na aventura, exatamente como acontece na região em estudo.

Nesse convívio, como afirmam Silva e Perez Filho (2002, p. 268), o turismo influencia as localidades onde se desenvolve, trazendo novos hábitos e novos valores, como na Chapada Diamantina, sendo influenciado de alguma forma pelas características locais, a exemplo das particularidades que são incorporadas, “possibilitando assim sua existência no tempo e no espaço”.

Ao contrário do que se divulga, não foi o impulso do governo estadual o *start* para a utilização do turismo como forma de resgatar a Chapada Diamantina da letargia causada com a queda da mineração, mas uma lei municipal em Lençóis, de 1961, criando um Conselho Municipal de Turismo.

Apesar de se basear, também, na mineração, essa nova fase apresenta lógicas territoriais peculiares, pois imprime uma nova feição, livre das imposições dos coronéis da época da mineração, mas ainda muito ligada a interesses políticos locais.

Dessa forma, pode-se observar, por meio de nossa vivência na região, que a partir do fim da década de 1970, a Chapada Diamantina passou a viver um tempo de renovação social e econômica, devido, principalmente, ao incentivo público ao turismo, embasado na busca pelo desconhecido, pela aventura, pelo exótico, pelo inusitado, como receptora de fluxos das regiões mais desenvolvidas do país, onde quase tudo já havia sido apropriado e, em menor escala, do exterior, como espaço de reserva de valor, dentro de um país periférico e tropical (Rodrigues, 2007, p. 28). Entretanto, manteve-se atrelada à nostalgia do tempo perdido, decorrido entre a fase mineradora e a do turismo.

Na verdade, na Chapada Diamantina o Estado, a sociedade e o mercado atuam de maneira que provoca conflitos de convivência. O Estado

cria políticas e programas que não atendem aos anseios da sociedade que se sente invadida e produz resistência à integração com os novos atores. Por seu lado, o mercado, ao impor esses novos atores para atender a suas demandas, promove a exclusão da população local que passa ser a eles submetida na hierarquia de trabalho.

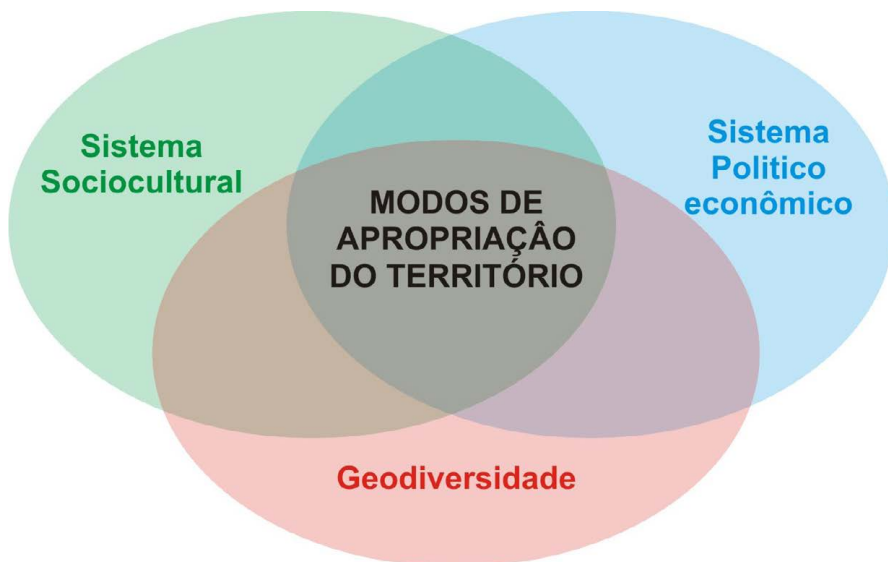
Considerações finais

Podemos concluir que a geodiversidade na região serve como base para se entender como funciona a lógica territorial, e como se deu o ordenamento territorial, onde as condições geológicas propiciaram a existência de diamante e ouro que levaram a ocupação da região e o surgimento das cidades, que depois seriam utilizados como atrativos juntamente com os recursos naturais, para um novo ordenamento que viria dar novos contornos econômicos, promovendo o desenvolvimento local. Este desenvolvimento tem como base as políticas públicas (ou geopolíticas), principalmente estaduais que a partir da década de 1980 procurou incentivar o turismo como forma de resgatar a região da estagnação econômica.

Desta forma, a análise das lógicas territoriais na Chapada Diamantina deve ser vista de maneira sistêmica (avaliando aspectos físicos e humanos), pois tanto a mineração quanto o turismo, com base na geodiversidade, contribuíram para tal realidade. É dessa inter-relação e da dependência dos sistemas sociocultural e políticoeconômico que surgem as lógicas de ocupação (Figura 4).

O sistema sociocultural compreende uma realidade que vai além do local onde o processo ocorre, pois nele estão implícitos elementos que são capazes de influenciar o todo, mas que nem sempre são passíveis de ser controlados ou monitorados localmente. Entre eles podem ser citados: valores sociais, avanços tecnológicos, fluxos de capitais, desigualdades sociais, mobilidade social, aspectos psicossociais, entre outros. Esse princípio apresenta tal complexidade que, por vezes, sua compreensão envolve outros tipos de atividade e até outros setores, sobretudo, o econômico. Nele estão embutidos valores socioculturais e históricos que, ao longo do tempo, foram responsáveis pela organização espacial desses locais. Essa é derivada do trabalho humano acumulado, cujos resultados e características são passíveis de serem explorados e aproveitados pelo turismo, a exemplo das já citadas rugosidades.

Figura 4. Esquema das Lógicas Territoriais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda dentro do sistema sociocultural estão os componentes que, de alguma maneira, influenciaram o modo de vida e o cotidiano das populações locais, territorializando-as. Esses componentes que englobam aspectos da vida social da localidade, suas manifestações populares, sua arquitetura, sua gastronomia, sua religiosidade, dentre outros, são passíveis de ser transformados em mercadorias, exatamente como aconteceu na Chapada Diamantina.

A geodiversidade, que é composta pelos elementos naturais relativos à climatologia, geomorfologia, hidrografia, geologia (mineração), pedologia, entre outras ciências, forma o espaço natural, proporcionando singularidades, dentre elas os recursos naturais, que são transformados em atrativos graças à função econômica a ela atribuída.

O componente econômico vai estar vinculado ao sistema político-econômico, que necessita de uma organização política que lhe dê aporte, e muitas vezes, fomento, como aconteceu na Chapada Diamantina envolvendo processos produtivos, políticos e legais (aqui incluído ações que vissem minimizar os conflitos) que levaram ao desenvolvimento e as lógicas de apropriação do território.

Assim, as lógicas territoriais, para se desenvolverem, dependem fundamentalmente de aspectos sociais, econômicos, políticos, naturais e culturais, que ocorrem em espaço claramente definido.

Referências

- Andrade, M. C. de. (1996). Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder local. In: M. Santos, M. A. de Souza & M. L. Silveira (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- Barreto, M. M. (1995). *Manual de iniciação do turismo*. (7. Ed). Campinas: Papirus.
- Castells, M. (1973). *La question urbaine*. Paris: François Maspero.
- Cruz, R. C. A. da. (2000). Turismo, território e o mito do desenvolvimento. *Espaço e Geografia*, 3, (1), 19-26.
- Elizaga, E. (1988). Georrecursos culturales. In: J. F. Jorda Pardo & F. J. Ayala Carcedo (Coords.). *Geologia ambiental*. Madrid: ITGE.
- Giudice, D. S. & Souza, R. M. (2009a). Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina. *Revista Desenvolvimento Econômico*, 11(19), 65-74.
- Giudice, D. S. & Souza, R. M. (2009b). As cidades da mineração na Chapada Diamantina - Bahia. *Revista Geonordeste*, 20, (1), 199-216.
- Gonçalves, C. W. P. (2004). *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record.
- Gray, M. (2004). *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*. London: John Wiley & Sons.
- Haesbaert, R. (2005). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Hardt, L. P. A., Hardt, C. & Oba, L. T. (2003). *Planejamento do desenvolvimento urbano sustentável*. In: Simpósio Internacional de Gestão Urbana, Curitiba. Anais... Curitiba: [s.n.].
- Hose, T. A. (1995). Selling the story of Britain's stone. *Environmental Interpretation*, 10(2), 16-17.
- Kozłowski, S. (2004). Geodiversity. The concept and scope of geodiversity. *Przegląd Geologiczny*, 52, (8/2), 833-837.
- Lizzerini, F. T. (2005). *Geodiversidade*. Recuperado de: <http://www.geodiversidade.blogspot.com>

- Massiris Cabeza, A. (2002). Ordenación del territorio en America Latina. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 6(125), 105-132.
- Nascimento, M. A. L. do, Ruchkys, U. A. & Mantesso-Neto, V. (2008). *Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para proteção do patrimônio geológico*. São Paulo: SBG.
- Neves, E. F. (1997). Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada? *Revista Afro-Ásia*, (19/20), 239-250.
- Direção Geral do Ordenamento do Território. (1988). *Carta europeia do Ordenamento do Território*. Lisboa: DGOT.
- Rodrigues, A. A. B. (2007). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. & Silveira, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record.
- Sharples, C. (2002). *Concepts and principles of geoconservation*. Disponível em: <http://dpiwwe.tas.gov.au/Documents/geoconservation.pdf>
- Silva, C. A. da & Perez Filho, A. (2002). Geografia, turismo e análise sistêmica. In: F. Mendonça & S. Kozel (Orgs.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR.
- Silva, C. R. da. (2008). *Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro*. Rio de Janeiro: CPRM.
- Silva, J. X. da & Carvalho Filho, L. M. (2001). Índice de geodiversidade da restinga da Marambaia (RJ), um exemplo do geoprocessamento aplicado a geografia física. *Revista de Geografia*, 17, (1), 57-64.
- Stueve, A. M., Cook, S. D. & Drew, D. (2002). *The geoturismo study: phase I: executive summary*. Washington, D. C.: Travel Industry Association of America.
- Teixeira, C. (1998). *Mineração na Bahia: ciclos históricos e panorama atual*. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais.
- Valcarce, E. G. & Cortés, A. G. (1996). *El patrimonio geológico: bases para su valorización, protección, conservación y utilización*. Madrid: Centro de Publicaciones, Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, (Serie monografías).